

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 117
	Rubrica: d
Processo Nº	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS COYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Pregão Presencial nº 011-A/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão	Tris.: 118
Permanente de	Rubrica
Licitação	8
Processo n.º	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone/fax nº (22) 98175-2073, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo Edital recebeu o nº 011-A/2019, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo menor preço e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3- Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 10h (dez horas) do dia 15 de agosto de 2019, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4- Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I
- 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para locação de cilindros e fornecimento de gases medicinais, visando atender a demanda da Fundação Municipal de Saúde, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 119
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 120
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

b. **Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social (ou documento equivalente) e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.**

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 121
	Rubrica: 4
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 122
	Rubrica: y
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social (ou documento equivalente), a declaração de que cumpre



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 123
	Rubrica: 4
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

com os requisitos de habilitação e, conforme o caso, a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP – Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 124
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
 Data: 23/07/2019

possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 7.14.1. mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no subitem 7.14.1, para o exercício do mesmo direito.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 125
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por lote**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 126
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 127
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 128
	Rubrica: 4
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista pelo subitem 7.19.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48, § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 129
	Rubrica: 4
Processo N°	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final ofertado pela licitante.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 130
	Rubrica: J
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 11 do Termo de Referência - Anexo VII.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 131
	Rubrica: 4
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet poderão ter sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 132
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso nos serviços, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando e se efetivada, correrá pelo código 1030100824367 relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 339039 e 339030.

12- DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- A empresa vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias, a contar da comunicação efetivada pelo setor de contratos;

12.1.2- A empresa deverá prestar os serviços pelo período de 12 (doze) meses, na forma do Termo de Referência (anexo VII do edital), sob pena das sanções legais cabíveis.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de início de prestação dos serviços.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de serviços, o objeto deste certame será recebido:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 133
	Rubrica: 4
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei.

12.2 - LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que prestar os serviços/fornecimento nos locais indicados no item 7 do Termo de Referência (anexo VII do edital).

12.3- DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação será executado na forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da FMS para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1 - A solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais, ou encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço pregao@campos.rj.gov.br;

14.1.2- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 134
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

15- DO VALOR

15.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 1.201.707,42 (um milhão, duzentos e um mil, setecentos e sete reais e quarenta e dois centavos).

16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelos serviços objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a FMS pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, 30 dias após a execução dos serviços.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da parcela será efetuado pela FMS à CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 16.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da FMS, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.5, será efetivado mediante autorização expressa do(a) Presidente da FMS, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao/à mesmo(a).

16.7- Caso a FMS efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a FMS devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 135
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

16.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 16.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 16.5;

16.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado o pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O FMS poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 136
	Rubrica: 9
Processo Nº	

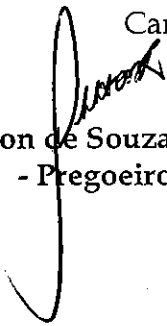


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 23 de julho de 2019.


José Dalton de Souza Pinto Filho
- Pregoeiro -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 137
	Rubrica: 11

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo I - Proposta Comercial

<u>LOTE</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> (Conforme especificações do Termo de Referência)	<u>QUANT</u>	<u>UND</u>	<u>PREÇO UNITÁRIO</u> <u>EM ALGARISMOS</u> (R\$)	<u>PREÇO TOTAL EM</u> <u>ALGARISMOS (R\$)</u>
1	LOCAÇÃO DE 150 CILINDROS PARA OXIGÊNIO MEDICINAL COM 10 M³ CADA	12	mês		
2	LOCAÇÃO DE 35 CILINDROS PARA OXIGÊNIO MEDICINAL COM 4 M³ CADA	12	mês		
3	LOCAÇÃO DE 35 CILINDROS PARA OXIGÊNIO MEDICINAL COM 1 M³ CADA	12	mês		
4	LOCAÇÃO DE 20 CILINDROS PARA AR COMPRIMIDO MEDICINAL COM 10 M³ CADA	12	mês		
5	LOCAÇÃO DE 15 CILINDROS DE ÓXIDO NITROSO COM 28 KG CADA	12	mês		
6	LOCAÇÃO DE 4 CILINDROS PARA NITROGÊNIO COM 10 M³ CADA	12	mês		
7	LOCAÇÃO DE 4 CILINDROS DE DIÓXIDO DE CARBONO COM 25 KG CADA	12	mês		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 138
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

LOTE	DESCRIÇÃO (Conforme especificações do Termo de Referência)	QUANT	UND	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMOS (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS (R\$)
8	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL	40.000	M³		
9	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (CARGA DE 1 M³)	3.500	M³		
10	AR COMPRIMIDO MEDICINAL	1.700	M³		
11	ÓXIDO NITROSO	3.000	KG		
12	NITROGÊNIO MEDICINAL	450	M³		
13	DIÓXIDO DE CARBONO	850	KG		
Valor total: R\$					
Valor Total por extenso: R\$					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 139
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 011-A/2019, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 011-A/2019, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 140
	Rubrica: g
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2019

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FMS E
A EMPRESA _____.**

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Rocha Leão nº 02, Bairro Caju, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 31.506.306/0001-48, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Ilustríssimo Senhor Presidente _____, e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011-A/2019**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2019.099.000054-5-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de cilindros e fornecimento de gases medicinais, visando atender a demanda da Fundação Municipal de Saúde, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/201__.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 141
	Rubrica: J

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2019.099.000054-5-PR e em tudo o mais que se relacione com os serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 011-A/2019.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) prestar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelos serviços;

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 142
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste CONTRATO, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da CONTRATADA, será efetuado pelo CONTRATANTE, após a prestação dos serviços objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____
(_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 1030100824367 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039 e 339030, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Na hipótese da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 143
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 144
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, conforme item 9 do Termo de Referência (anexo VII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado na forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 145
	Rubrica: ✓

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 011-A/2019, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2019.099.000054-5-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente CONTRATO, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Contratante:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 146
	Rubrica: 14
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº a
participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na
modalidade PREGÃO nº 011-A/2019, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal*
da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
....., bem como
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2019.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 147
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 011-A/2019

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de
seu representante legal o (a) Sr (a).....,
portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 148
	Rubrica: 9
Processo Nº	

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº 011-A/2019.

Campos dos Goytacazes, de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 149
	Rubrica: 9
Processo Nº	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 011-A/2019

.....(razão social do licitante) com
endereço na
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para
efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP),
estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e
suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das**
vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006.
() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34
da Lei 11.488/07.

Em de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 150
	Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Processo Nº	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação
Pregão nº 011-A/2019

Processo nº 2019.099.000054-5-PR
Data: 23/07/2019

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE CILINDROS E FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**, conforme especificações constantes no presente Termo de Referência.

1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma presencial, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO LOTE** conforme condições deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A referida contratação de empresa especializada tem por objetivo a locação de cilindros e fornecimento de gases medicinais para uso no Hospital Geral de Guarus, Hospital Ferreira Machado e nas Unidades Pré Hospitalares administrados pela Fundação Municipal de Saúde. Este serviço é de suma importância para o atendimento dos pacientes, visto que a descontinuidade ou falha no fornecimento destes gases medicinais ocasiona, imediatamente, o risco na vida do paciente assistido, gerando a responsabilização do município na falha do serviço.

2.2. A presente solicitação possibilita algumas vantagens ao Município de Campos dos Goytacazes, dentre elas a redução do número de licitações, agilidade nas aquisições e no fornecimento dos itens às unidades organizacionais, maior economicidade, além de não ser necessário prévio bloqueio orçamentário para realizar o certame licitatório.

3. DA JUSTIFICATIVA POR LOTE

3.1. As questões de logística e de custos determinaram na escolha do tipo de licitação **MENOR PREÇO LOTE**, pois:

- Estariamos reduzindo os riscos do não cumprimento dos prazos de entrega;
- Os fornecedores de gases não precisariam retirar o cilindro de terceiros em nossas unidades pertencentes a Fundação Municipal de Saúde para realizar a recarga e entregá-lo novamente à área requisitante;
- Redução de esforços, tanto dos fornecedores quanto da Fundação Municipal de Saúde, otimizando o processo logístico e administrativo;

3.2. Na avaliação das propostas, também será considerado o valor unitário de cada item que compõe o LOTE ÚNICO, sendo realizada uma ampla pesquisa de mercado para evitar distorções na estimativa de valores de referência.

4. DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE
1	LOCAÇÃO DE 150 CILINDROS PARA OXIGÊNIO MEDICINAL, COM 10 M³ CADA	MESES	12
2	LOCAÇÃO DE 35 CILINDROS PARA OXIGÊNIO MEDICINAL, COM 4 M³ CADA	MESES	12
3	LOCAÇÃO DE 35 CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL 1 M³ CADA	MESES	12
4	LOCAÇÃO DE 20 CILINDROS PARA AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM 10 M3 CADA	MESES	12
5	LOCAÇÃO DE 15 CILINDROS DE ÓXIDO NITROSO COM 28 KG CADA	MESES	12
6	LOCAÇÃO DE 4 CILINDROS PARA NITROGÊNIO, COM 10 M3 CADA	MESES	12
7	LOCAÇÃO DE 4 CILINDROS DE DIÓXIDO DE CARBONO, COM 25KG CADA	MESES	12



PROCESSO Nº: 152
PREFEITURA DE CAMPOS
PÚBLICA
4

8	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL	M³	40.000
9	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL (CARGA DE 1m3)	M³	3.500
10	AR COMPRIMIDO MEDICINAL	M³	1.700
11	OXIDO NITROSO	KG	3.000
12	NITROGÊNIO MEDICINAL	M³	450
13	DIÓXIDO DE CARBONO	KG	850

5. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

5.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa esta interposta pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, julgamos oportuno estabelecer o seguinte:

A Fundação Municipal de Saúde, no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação, de acordo com a conveniência e oportunidade, desse modo, com fulcro no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;(...)

Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:

II - O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios;(...)

Em virtude de tratar-se de uma contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais com locação de cilindros e devido as singularidades no que diz respeito a entrega e instalação dos mesmos, haja vista qualquer intercorrência nessa logística poder acarretar na descontinuidade do serviço e isso pôr em risco a vida de muitos pacientes que respiram através do oxigênio medicinal, não se aplicará os efeitos da LC nº 123/2006, bem como da Lei Municipal nº 8.768/17, para este edital em específico.

6. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. Considerando o quantitativo dos itens solicitado no Processo desse ano, de acordo com dados resgatados nos sistemas informatizados de estoque do ano anterior, a fim de se chegar a um quantitativo que atenda de forma satisfatória a crescente demanda do nosso município, principalmente em decorrência da crise financeira que assola o país em que muitas pessoas abriram mão de seus planos de saúde e passaram a recorrer aos serviços prestados pelo SUS. Constatamos uma necessidade de um pequeno aumento no quantitativo de locação de cilindros para novo pregão, pois o mesmo não foi suficiente para suprir todas as unidades de forma satisfatória.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO

7.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma imediata ao longo da vigência do Pregão, mediante Nota de Empenho a ser emitida ou ordem de serviço, indicando a descrição, quantidade, marca e preço, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência e no futuro edital.

7.2. Local de entrega:

Hospital Ferreira Machado

Endereço: Rua Rocha Leão nº 02 – Caju
Campos dos Goytacazes – RJ; CEP: 28051-170

Hospital Geral de Guarus

Av. Senador José Carlos Pereira Pinto, 400,
Campos dos Goytacazes- RJ, CEP: 28081-420

UPH São José

Endereço: Estrada do Açúcar – s/nº - Goytacazes
Campos dos Goytacazes – RJ; CEP: 28.110-000

UPH Ururai

Endereço: Rua João Irineu da Cruz, nº 15 – Ururai.
Campos dos Goytacazes – RJ; CEP: 28010-250

UPH Travessão

Endereço: Rua Antonio Luiz Silveira nº 510/512 – Travessão
Campos dos Goytacazes – RJ

UPH Santo Eduardo

Endereço: Rua 13 de outubro – Santo Eduardo
Campos dos Goytacazes – RJ; CEP: 28160-000

UPH Saldanha Marinho

Endereço: Rua Saldanha Marinho nº 59 – Centro
Campos dos Goytacazes – RJ, CEP: 28010-272

UPH Guarus

Endereço: Rua André Luiz nº 111 – Jardim Carioca
Campos dos Goytacazes – RJ

UPH Farol de São Thomé

Rua São José, m S/n – Farol de São Thomé
Campos dos Goytacazes - RJ, 28070-216

UPH Sapucaia

RJ-194 - Rua Principal – Sapucaia
Campos dos Goytacazes – RJ – CEP: 28001-970

UPH Baixa Grande

Estrada do Açúcar - s/n
Campos dos Goytacazes – RJ – CEP: 28140-970



PREFEITURA DE

CAMPOSESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**UPH Farol Tocos**Rua Dr José Pereira das Chagas - s/n
Campos dos Goytacazes - RJ - CEP: 28148-000**UPH Morro do Côco**Av. Dr. Nilo Peçanha - s/n
Campos dos Goytacazes - RJ - CEP: 28178-000

Processo	154
Assinatura de	
Assinatura	9
Assinatura	

7.3. Prazo de entrega: A entrega deverá ser imediata a partir da solicitação, cumprindo o prazo de no mínimo até 12 h, já que, o fornecimento de gases **não pode sofrer descontinuidade;**

7.4. O transporte dos gases é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.4.1. Caberá a Fundação Municipal de Saúde o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas;

7.4.2. No momento da entrega, a empresa vencedora deverá esperar pela conferência dos bens licitados pela comissão de recebimento, no que diz respeito à quantidade, qualidade, e especificações constantes neste termo, sendo que eventuais trocas ou complementação de quantidades deverão ser feitas no prazo de até 6 (seis) horas, sempre em acordo com a anuência da Administração Municipal;

7.4.3. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da Categoria Econômica do Orçamento vigente, sobre a Fonte de Recurso: 133.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, e iniciar-se-á da sua publicação, podendo ser prorrogável por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses;

9.2. Os contratos decorrentes da presente licitação poderão ter seus prazos de vigência fixados obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei Geral de Licitações e Contratos, Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário Tribunal de Contas da União; quando for de interesse da Administração Pública; desde que os serviços estejam atendendo à contento, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

10.1.1. Provisoriamente - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da prestação do serviço, objeto deste termo de referência, no local indicado na Ordem de serviço, para posterior verificação da conformidade do equipamento instalado com as especificações nele constante.

10.1.2. Definitivamente - O recebimento definitivo dos serviços contratados se dará por servidor e constará de:

10.1.3. I - A verificação dos serviços contratados para constatar a integridade dos mesmos.

10.1.4. II - A verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

10.1.5. III - A critério exclusivo do Município poderão ser realizados testes de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

10.1.6. Caso satisfatório as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que também poderá ser suprido pelo ateste do servidor responsável na nota fiscal/fatura correspondente ao pagamento pela execução do serviço.

10.1.7. Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o serviço será rejeitado, devendo ser corrigido no prazo máximo de 02 (duas) horas, quando se realizarão novamente as verificações constantes do subitem 9.1.2 acima.

10.1.8. Caso a correção não ocorra nos prazos previstos no Termo de Referência estará a Contratada incorrendo em atraso na execução, sujeita à aplicação das sanções previstas.

10.1.9. Os custos da correção supracitada correrão exclusivamente à conta da Contratada.

10.1.10. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução do mesmo.

10.1.11. À Contratada caberá sanar a irregularidade apontada no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. As empresas deverão apresentar junto ao envelope de habilitação, os seguintes documentos:

11.1.1. **Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica ou certidão**, expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, (no último caso, o atestado deverá ter firma reconhecida), apresentado em papel timbrado do emitente, que comprove que a licitante prestou ou está prestando de maneira satisfatória e a contento, serviços da mesma natureza, com características técnicas compatíveis com o objeto licitado;

11.1.2. **PARA FABRICANTES:** Autorização de funcionamento para comercialização de materiais e insumos hospitalares da empresa licitante expedida pela Anvisa, de acordo com a RDC nº 32/2011;

PARA DISTRIBUIDORES: Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, além de apresentar Autorização de Funcionamento do fabricante emitido pela Anvisa.

11.1.3. Comprovar profissional do Conselho Regional de Farmácia – CRF ou de Enfermagem – COREN, como responsável técnico, devidamente regularizado e inscrito no Conselho, vinculado com a empresa, seja como Sócio, CLT, Contrato de Prestação de Serviços;

11.1.4. Declaração de Visita Técnica, firmada pelo servidor municipal responsável pela unidade, encarregado de acompanhar os responsáveis técnicos das firmas interessadas de que vistoriaram o local onde serão executados os serviços;

11.1.5. Não serão aceitos Protocolos ou similares, em substituição dos documentos referidos acima.

12. DA VISITA TÉCNICA

- 12.1. Será realizada visita técnica, que deverá ser agendada pessoalmente e previamente no máximo 03 (três) dias antes da licitação junto ao setor de Manutenção da Fundação Municipal de Saúde, localizado no Hospital Ferreira Machado, situado Rua Rocha Leão, 02, Caju.
- 12.2. Através da presente visita técnica os licitantes avaliarão as condições locais atuais dos ambientes e ao final assinarão atestado de visita técnica;
- 12.3. Em caso de ausência a presente visita, o licitante estará automaticamente desclassificado;
- 12.4. A tolerância será de 15 minutos;
- 12.5. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, haverá nova visita. Porém, o atestado já emitido na visita anterior não perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança nos equipamentos ou locais da prestação dos serviços.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
- 13.2. Executar os serviços objetos deste Termo de Referência, em estrita observância as normas técnicas existentes;
- 13.3. Indicar preposto tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados;
- 13.4. Responsabilizar-se pelo transporte dos Gases em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas, seguindo a regulamentação vigente no Brasil (Decreto Lei N.º 96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e Resolução nº 420 de 12/02/2004 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT);
- 13.5. Responsabilizar-se pelo transporte, de carga e descarga dos cilindros, nos locais da prestação dos serviços, devendo os mesmos ser transportados na posição vertical, em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas;
- 13.6. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade;
- 13.7. Fornecer produtos com todos os dados técnicos, condições de temperatura, densidade e pressão, identificação do grau de risco e das medidas emergências a serem adotadas em caso de acidentes;
- 13.8. Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga, descarga e abastecimento, devendo os mesmos estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;
- 13.9. Dispor de pessoal técnico qualificado para os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos locados, e eventuais equipamentos/materiais suplementares, devendo os mesmos estarem devidamente uniformizados e identificados por crachá;
- 13.10. Assegurar que as intervenções técnicas sejam executadas por técnicos especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções com a presença do respectivo responsável técnico;
- 13.11. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos gases;
- 13.12. Instruir sua mão-de-obra quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes;



Processo	157
Assinatura de	
Assinatura	4

- 13.13.** Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 13.14.** Instruir sua mão-de-obra quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes;
- 13.15.** Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 13.16.** Manter os serviços de atendimento de entrega 24 horas para emergência através de chamadas telefônicas;
- 13.17.** Fornecer todo o ferramental e a aparelhagem necessários para à execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 13.18.** Verificar e conservar as placas de advertência de riscos e de situações de emergência bem como a sinalização de operação de carga, descarga e abastecimento;
- 13.19.** Responsabilizarem-se por todas as peças, componentes, materiais e acessórios a serem substituídos nos equipamentos locados (sem ônus adicionais), devendo os mesmos ser, obrigatoriamente, novos e de primeira linha, conforme padrões ABNT e normas especiais complementares, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de rejeitar o material ou peça que denote uso;
- 13.20.** Assegurar a qualidade do Gás Medicinal fornecido à CONTRATANTE, sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que garantam tal qualidade com emissão de Certificado de Qualidade com assinatura do responsável técnico;
- 13.21.** Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 13.22.** Todo serviço de fornecimento de gases medicinais será feito segundo as normas NBR e de acordo com as normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, previstas na Legislação em Vigor;
- 13.23.** Toda ocorrência deverá ser atendida pela contratada em até 12h após abertura do chamado pela contratante, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 13.24.** Caberá à empresa contratada executar o serviço descrito no objeto deste Termo de Referência, em estrita observância às normas técnicas existentes;
- 13.25.** Cumprir os prazos estipulados para entrega dos serviços;
- 13.26.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 13.27.** Manter, durante o prazo de validade da proposta, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.28.** A contratada deverá dar treinamento aos funcionários da manutenção da Fundação Municipal de Saúde sem ônus a Contratante. O treinamento terá que ser feito 02 vezes ao ano com aviso por escrito ao setor de Manutenção, informando data e hora para o treinamento e orientação de utilização para todos que receberem os cilindros;



- 13.29. É de total responsabilidade da Contratada a manutenção corretiva e preventiva, assim como procedimentos e manobras que porventura sejam necessários;
- 13.30. A CONTRATADA será responsável pela qualidade dos produtos fornecidos, respondendo por qualquer prejuízo decorrente da falta de capacidade técnica ou negligência no cumprimento das suas obrigações;
- 13.31. A empresa contratada deverá possuir em seu corpo técnico pessoal treinado e capacitado na preparação dos produtos fornecidos;
- 13.32. A CONTRATADA se responsabilizará pelo transporte dos cilindros de gases medicinais;
- 13.33. Será também de inteira responsabilidade do prestador do serviço a admissão de mão-de-obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, respondendo a CONTRATADA pelos danos causados por seus empregados auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou de outrem;
- 13.34. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança dos profissionais envolvidos na execução do serviço, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece;
- 13.35. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência;
- 13.36. Cumprir a legislação sanitária vigente, visando assegurar a qualidade dos gases;
- 13.37. O descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação;
- 13.38. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

14. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 14.1. Requisitar a prestação do serviço, na forma prevista neste Termo de Referência;
- 14.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 14.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- 14.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;
- 14.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 14.6. Indicar os locais e horários em que deverá ser executado o serviço;
- 14.7. Permitir ao pessoal DA CONTRATADA acesso ao local da execução do serviço, observadas as normas de segurança;
- 14.8. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 14.9. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ocorrida quando da prestação dos serviços;
- 14.10. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- 14.11. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;



PREFEITURA DE

CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão	PRIS.: 159
Assinatura de	
Licitação	9

14.12. Entregar à empresa, quando do início da prestação dos serviços, as áreas, instalações gerais indispensáveis à execução de suas atividades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de prestação de serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) serviço(s), desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada;

15.1.1. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da certidão CRF e FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

15.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de 30 (trinta) dias recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação;

15.4. O recolhimento de impostos e contribuições municipais, por determinação da Secretaria Municipal de Fazenda, será realizado pela contratante, no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida. Devendo a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura apresentar, na mesma, a alíquota e o valor a ser recolhido.

16. DAS PENALIDADES

16.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

16.1.1. advertência;

16.1.2. pelo atraso injustificado na prestação do serviço objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

16.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

16.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

16.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

16.1.6. aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer

2017 / 2018 — Ano do Sesquicentário de Nilo Peçanha



PREFEITURA DE
CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO	160
NUMERO DE	4
DATA	
ASSINATURA	

declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais;

15.7. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A Fundação Municipal de Saúde reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços, ao Departamento de Manutenção juntamente com a Farmácia Central, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste projeto, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis;

16.2. O servidor responsável registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato;

16.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;

16.4. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal n. 8.080/90, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e ampla defesa.

17. DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 11 de Julho de 2019.

Marinilsa de Souza Gomes
Assessor Chefe da Farmácia Central

Mat: 36843
Marinilsa de Souza Gomes
Assessora Chefe da Farmácia Central
Fundação Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes/RJ

Ciente; pelo prosseguimento.

Dr. Abdu Neme Jorge Makhluf Neto
Presidente da Fundação Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes/RJ